

Débora Cademartori

INTERINA

debora.cademartori@zerohora.com.br

3218-4387

SEMANA COMEÇA DA MESMA FORMA COMO TERMINOU A ANTERIOR

Horas após ter voltado do Chile, o presidente Jair Bolsonaro iniciou o domingo conversando com o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), a quem cabe realizar a articulação política em favor dos projetos do Planalto, principalmente da reforma da Previdência. A impressão que ficou até o início da noite de ontem era de que o articulador oficial do governo tinha como missão, a partir de agora, botar panos quentes na tensão provocada pela troca de farpas entre Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Saiu do Palácio da Alvorada dizendo que era o momento de aproximação com o Congresso:

– O clima vai arrefecer agora. Existe disposição, a gente vê disposição dos dois

poderes aí de aproximar. A semana passada foi uma semana muito tensa e agora a gente vai caminhar para uma aproximação.

Segundo Vitor Hugo, a ideia era “retomar os trabalhos para aprovação da nova Previdência”, começando pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por onde o texto tem de passar primeiro.

O que o deputado afirmou a jornalistas não foi a mesma coisa que disse à bancada do PSL na Câmara. Segundo o jornal Folha de S.Paulo, o líder do governo encaminhou mensagem logo após o encontro, às 13h30min: “Nosso presidente está certo e também convicto de suas atitudes. Estive com ele hoje pela manhã. As práticas do passado não nos levaram ao caminho em que queremos estar. Todos nós, em particular do

PSL, somos agentes para ajudar a mudar a situação em que nos encontramos (...) Somos todos a nova política. Não dá mais”.

A mensagem, que chegou ao conhecimento de Maia horas depois, foi interpretada como um ataque ao presidente da Câmara porque veio acompanhada de link para notícia de 2017, cuja manchete era “Para aprovar mudanças na Previdência, Temer autoriza Maia a negociar cargos”.

Embora não seja seu papel, Maia estava disposto a articular, com o Executivo, a aprovação da reforma, mas desistiu da ideia após receber indiretas de Bolsonaro e de pessoas ligadas a ele.

– O compromisso dele, regimental, é despachar e o projeto andar dentro da Câmara – disse o presidente, no Chile,

dispensando o trabalho de Maia como articulador político.

A semana deve iniciar da mesma forma como terminou a anterior, sem avançar um centímetro na diplomacia com parlamentares. Para o Planalto criar base sólida no Congresso, empresários, ministros dispostos a aprovar a reforma da Previdência, economistas e políticos minimamente responsáveis pedem: o governo precisa largar o Twitter e assumir a responsabilidade pelo o projeto.

– Bolsonaro está transferindo para a presidência da Câmara e do Senado uma responsabilidade que é dele. Então, ele fica só com o bônus e eu fico com o ônus de ganhar ou perder. Se ganhar, ganhei com eles. Se perder, perdi sozinho – resumiu Maia.

NOVO CÓDIGO AMBIENTAL

Deve ir para a Assembleia ainda no primeiro semestre projeto de lei com o novo código ambiental no Estado. Responsável pela elaboração da proposta, o secretário do Meio Ambiente e Infraestrutura, Artur Lemos, afirma que o texto trará mudanças relacionadas a multas, fiscalização e formas de cobrança.

– O novo código não virá para dificultar nem para facilitar, mas para tornar a lei mais clara – diz Artur, ao lembrar que a legislação em vigor é da década passada.

UM DOS OBJETIVOS DA PROPOSTA É DAR PREVISÃO LEGAL AO LICENCIAMENTO POR ADESAO E COMPROMISSO, PROMESSA DE EDUARDO LEITE DURANTE A CAMPANHA.

DISCÓRDIA EM SANTA CRUZ

Por divergências com sua vice-prefeita, Helena Hermany, o prefeito de Santa Cruz do Sul, Telmo Kirst, desmontou o gabinete dela e a orientou a ficar em casa aguardando o “dever constitucional de substituição”.

O caso foi parar no Ministério Público, a quem Helena procurou alegando ter sido expulsa da administração municipal. O promotor responsável ouvirá o prefeito e outras pessoas na quarta-feira.

A incompatibilidade de ideias surgiu ainda durante a eleição, quando Telmo apoiou José Ivo Sartori, e Helena, Eduardo Leite. Ambos são do PP. A confusão fez o presidente do partido no Estado, Celso Bernardi, divulgar nota em apoio à vice-prefeita.

ALIÁS

A líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann, falou sobre a tensão entre Bolsonaro e Maia. Disse ontem que é preciso “construção e não destruição” e que “pela primeira vez” os presidentes da República, Câmara e Senado “querem a mesma coisa”.



Instalado de vez no Palácio Piratini, para onde se mudou na última semana, o governador Eduardo Leite usou a tarde de sábado para discutir com seus secretários levantamento realizado pela equipe da titular do Planejamento, Leany Lemos, sobre a estrutura e as carreiras do serviço público estadual.

Leany mapeou onde estão amparadas diferentes vantagens do funcionalismo e mostrou que Constituição, estatutos e leis ordinárias versam sobre diversos

INFORMAÇÕES ALINHADAS

benefícios da carreira pública.

– Isso tudo é bem complexo. Foi um encontro para alinhar conhecimentos – disse a secretária.

O impacto de cada vantagem está em estudo pelo governo.

Além disso, técnicos da secretaria da Fazenda fazem cálculos para saber qual será a economia para

os cofres gaúchos caso a reforma da Previdência seja aprovada no Congresso. A percepção é de que, se passar a valer do jeito que está trará alívio financeiro para o Estado no curto prazo.

No entendimento do secretário da Fazenda, Marco Aurélio Cardoso, a alíquota extraordinária prevista no texto, que chega a 14%, poderá ser aplicada em todos os salários do funcionalismo, entre ativos e inativos, não só sobre vencimentos maiores como diz a PEC.

CONVOCAÇÃO DE PGEs

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, chamou procuradores-gerais dos Estados para reunião em Brasília na quarta-feira. Na convocação, disse que tratará sobre “assuntos gerais” pertinentes aos interesses dos federados.

O procurador-geral do Rio Grande do Sul, Eduardo Cunha da Costa, diz que a ministra é relatora de processos que, se julgados, têm impacto no Estado.

PPS TROCA DE NOME

O PPS aprovou, no fim de semana, a mudança de nome do partido para Cidadania. A ideia era, principalmente, tirar o “S” da sigla, que significa “socialista”. A legenda abriga hoje políticos liberais e conservadores.

Para passar a valer, o nome precisa ter a aprovação do TSE. Ex-ministro da Cultura e agora deputado filiado ao partido, Marcelo Calero diz que a nova nomenclatura incentiva a participação de cidadãos na política.

GAÚCHAZH

